



Invisibilizaram-na, mas ela resistiu: Alba Cañizares do Nascimento e a História das Mulheres na Educação carioca (1920-1930)

They Tried to Erase Her, but She Resisted: Alba Cañizares and Women's History in Education in Rio de Janeiro (1920–1930)

*Anna Clara Granado*¹
*Luiz Fernando Conde Sangenis*²

RESUMO

Este artigo examina a trajetória de Alba Cañizares do Nascimento, educadora e ativista do século XX cuja contribuição permaneceu, em grande medida, invisibilizada pela historiografia da educação brasileira. Ao recuperar sua atuação, busca-se evidenciar os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas por mulheres no campo educacional, discutindo o impacto de sua produção intelectual e de suas práticas pedagógicas na formulação de políticas públicas e na renovação das práticas escolares.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. História das Mulheres. Conservadorismos. Laicidade.

ABSTRACT

This article examines the trajectory of Alba Cañizares do Nascimento, a 20th-century educator and activist whose contributions have remained largely invisible in the historiography of Brazilian education. By recovering her intellectual and pedagogical work, the study highlights the challenges faced and the achievements attained by women in the educational field, discussing the impact of her ideas and practices on public policies and on the renewal of school practices.

KEYWORDS: History of Education. Women's History. Conservatism. Secularism.

RESUMEN

Este artículo examina la trayectoria de Alba Cañizares do Nascimento, educadora y activista del siglo XX cuya contribución permaneció, en gran medida, invisibilizada por la historiografía de la educación brasileña. Al recuperar su actuación, se busca evidenciar los desafíos enfrentados y los logros alcanzados por las mujeres en el campo educativo, discutiendo el impacto de su producción intelectual y de sus prácticas pedagógicas en la formulación de políticas públicas y en la renovación de las prácticas escolares.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Educação pelo PPGEdu da Universidade Federal Fluminense e também Pedagoga pela UFF – Niterói. Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 00.1 E-mail: annaclaragranado@gmail.com

² Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lfsangenis@gmail.com

PALABRAS CLAVE: Historia de la Educación. Historia de las Mujeres. Conservadurismos. Laicidad.

* * *

Introdução

A História das Mulheres tem avançado à medida que novas fontes de pesquisa são descobertas, acervos pessoais ainda intactos, muitas vezes esquecidos em residências ou guardados em caixas com objetos antigos, resgatados antes que se deteriorassem. Inserimo-nos entre aqueles que tiveram a sorte de encontrar um acervo pessoal cuja relevância e estado de conservação fizeram a diferença: os documentos que pertenceram a Alba Cañizares do Nascimento. Diante da riqueza e da variedade desse material, surgiu a necessidade de aprofundar o estudo de sua trajetória intelectual e profissional, o que impulsionou a busca por indícios de sua participação nos eventos e debates educacionais de seu tempo.

A invisibilidade de Alba Cañizares do Nascimento na historiografia da educação carioca não pode ser interpretada como um acidente ou simples esquecimento. Ao contrário, inscreve-se em padrões históricos de silenciamento das mulheres, que se manifestam tanto nas estruturas institucionais quanto nas narrativas dominantes. Nesse sentido, adotamos uma abordagem metodológica proposta por Natalie Zemon Davis (1997) que ao valorizar fragmentos, rastros e indícios das experiências femininas, permite reconstruir trajetórias invisibilizadas e compreender os mecanismos sociais e culturais que contribuíram para sua marginalização.

Como lembra Natalie Zemon Davis (1990), a ausência de certas figuras nos registros históricos não pode ser interpretada como mero “acidente” ou desatenção. Ao contrário, trata-se de um sintoma das próprias estruturas sociais, de gênero e de poder que moldam os processos de seleção, lembrança e esquecimento no campo da história. Nesse sentido, a exclusão de Alba Cañizares do Nascimento dos relatos canônicos da educação carioca reflete

tanto os conservadorismos de seu tempo quanto as disputas em torno da laicidade escolar.

Alba Cañizares do Nascimento esteve presente em diversos espaços de sociabilidade e intelectualidade carioca nos anos iniciais do século XX. Uma profissional da educação que conseguiu, em vários momentos de sua carreira, conciliar seu trabalho como professora, desenvolvendo uma educação para fins pedagógico-filosóficos, bem como o de se ocupar em cargos de caráter administrativos educacionais. Além disso, ela se dedicou intensamente à produção de pesquisas, estudos e materiais escritos. Muitos desses trabalhos foram publicados em jornais e revistas da época, e apresentados em eventos e congressos ligados à educação.

Essa professora atuou fortemente na busca por uma renovação educacional, aderindo a uma corrente filosófica da educação e aliando-se a figuras importantes do campo educacional, como por exemplo, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Ao recorrer aos periódicos da época, é possível constatar sua atuação profissional ao longo dos anos de 1926 a 1939, exercendo a função de docente na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, entre o período de julho de 1926 e novembro de 1937. Sendo que de 1926 a 1928, ela atuou como auxiliar de ensino, sem nada receber, e só em 13 de novembro de 1928 teve a sua nomeação, sendo efetivada na cadeira de Pedagogia. Em janeiro de 1928, foi nomeada Inspetora Escolar, cargo administrativo que exerceu por seis anos, concomitantemente ao seu cargo de docente na Escola Wenceslau Braz. Em setembro de 1933, toma posse no cargo de Superintendente de Educação Elementar, do Departamento de Educação, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, liderado pelo gestor Anísio Teixeira. De acordo com os documentos localizados no acervo do CEFET/RJ³, foi possível observar que, em novembro de 1937, Alba Cañizares do Nascimento precisou renunciar ao cargo de docente para

³ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, localizado no Rio de Janeiro.

permanecer atuante apenas em seu cargo administrativo, no qual permaneceu os anos de 1939.

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz surgiu no contexto da organização do ensino profissional e técnico no Brasil, com o objetivo de qualificar trabalhadores voltados para o setor industrial. No início do século XX, sobretudo a partir de 1909, o processo de industrialização encontrava-se em expansão, o que motivou a implementação de uma série de reformas educacionais. Entre elas, destaca-se o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu a criação de 19 escolas de aprendizes artífices (Borba, 2017). Com base nesse decreto, em 11 de agosto de 1919, tiveram início as atividades da Escola Wenceslau Braz, localizada à Rua General Canabarro, nº 338, no bairro do Maracanã, Rio de Janeiro. Atualmente, o terreno abriga o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), instituição que mantém um centro de memória responsável pela guarda de parte do acervo documental da antiga Escola Wenceslau Braz.

1 Alba Cañizares do Nascimento e o engajamento com a educação republicana

Entre os anos de 1928 e 1937, Alba Cañizares do Nascimento, além de ocupar cargos como docente, atuou em cargos administrativos educacionais, como o de Inspectora Escolar e Superintendente de Educação Elementar no Distrito Federal. Desde 1922, havia uma política de remodelação educacional com o objetivo de garantir reformas na instrução pública brasileira, promovendo uma educação com práticas de concepção pedagógica voltado para a escola nova, além de uma reorganização da Diretoria Geral de Instrução Pública. Entre 1922 e 1926, a diretoria foi liderada por Antônio Carneiro Leão; de 1927 a 1930, por Fernando de Azevedo; e de 1931 a 1935, por Anísio Teixeira. Esses três diretores, de certo modo, deixaram inúmeras evidências de que se dedicaram em melhorar a qualidade das escolas públicas brasileiras e se preocuparam também em registrar as suas experiências profissionais no intento de implementar as novas políticas (Paulilo, 2017).

O objetivo dessas reformas educacionais era proporcionar maior eficiência à administração escolar, com mudanças executadas para ampliar a eficácia do próprio funcionalismo. Segundo Diana Vidal e André Paulilo (2003), em 1928, ano do decreto n.º 3.281, a reforma do ensino foi instituída, e a Diretoria-Geral de Instrução Pública passou a organizar uma série de eventos e conferências em torno da temática da escola nova. Para difundir e sistematizar essa pedagogia, a Diretoria-Geral promovia a publicação de materiais oficiais, entre os quais se destacavam os programas de ensino e os *Boletins de Educação Pública*. Esses veículos transmitiam aos professores novas práticas pedagógicas e discussões escolanovistas, ao mesmo tempo em que buscavam consolidar uma nova cultura profissional docente.

Alba Cañizares do Nascimento, como intelectual e promotora do escolanovismo, buscava influenciar os professores a se dedicarem aos princípios da Escola Nova, compartilhando suas próprias experiências e estudos. Em 1933, publicou *Prática de Pedagogia Social: experiências de Escola Nova*, obra em que dialoga com autores como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Anísio Teixeira, John Dewey e William Kilpatrick, entre outros, para discutir a teoria do Plano Dalton e apresentar práticas de uma educação moderna desenvolvidas em suas turmas na Escola Wenceslau Braz. A professora defendia, ainda, a unificação do ensino por meio de um currículo comum que fosse além da mera transmissão de conteúdos. Para ela, a escola deveria promover a formação para o pensamento autônomo e para a vivência de experiências pessoais.

Não obstante ocupar cargo de liderança institucional, envolvendo-se com questões atinentes à educação pública e às novas concepções pedagógicas da época, é importante mencionar que a religião foi uma referência destacada na vida e no pensamento da intelectual. Como filósofa, ela defendia que as escolas adotassem concepções e diretrizes voltadas para um ensino filosófico de cunho religioso, destacando a moralidade como elemento primordial para a elevação social. Inclusive, é possível encontrar publicações em que a

professora questiona e problematiza o sentido do termo “ensino leigo” e de que forma exercia influência nos debates públicos.

Qual será o verdadeiro sentido da palavra leigo expressa em nossa Magna Carta? – Eis de que os educadores patricios não se têm ocupado. Eis assunto de capital importância educativa de que (é incrível!) nunca se cogitou na nossa Escola Normal. Os professores primários, tendo que ministrar o ensino leigo, nunca receberam a respeito uma orientação abalizada, sendo, no entanto, a palavra leigo de tão complexa compreensão, sujeita a tanta controvérsia, que de momento apresentei duas autoridades patricias no assunto, não fazendo referência a pensadores estrangeiros, Carlos Maximiliano e João Barbalho em franco antagonismo de aceção. Os nossos regulamentos de ensino repetem o texto constitucional: <<o ensino será leigo>>, nunca ousando, porém, uma interpretação ao termo <<leigo>>. Presenciamos em nossa democracia este fato humilhante para os nossos foros de povo consciente: os professores primários, formadores da alma do povo, jamais conheceram o pensamento oficial quanto à significação da palavra <<leigo>>, característica do ensino que tem de ministrar nas escolas. (Nascimento, 1926, p. 84-85)

Conhecer o modo com que a professora Alba Cañizares do Nascimento assume uma posição conciliadora entre as reformas educacionais em curso, os novos métodos pedagógicos e as finalidades da educação com a tradição escolar marcada por princípios religiosos, aguça ainda mais o nosso interesse em pesquisá-la.

Ao adentrar na história da intelectual, passamos a melhor perceber os entraves e o árduo processo de reconhecimento das mulheres na educação e na nossa história intelectual. Em *Mulheres intelectuais: onde elas estão em nossa História?*, Evelyn Orlando (2021) faz um retrospecto sobre o recente interesse da historiografia acerca da História das Mulheres. Um marco importante foi a organização da coletânea *História das Mulheres no Ocidente* por Michelle Perrot e Georges Duby, entre 1990 e 1992, e publicada no Brasil entre 1993 e 1995. A obra marcou a consolidação da História das Mulheres ao propor a inserção das experiências femininas na narrativa histórica, não de forma isolada ou separatista, mas evidenciando sua participação ativa nos acontecimentos. Como destacam os organizadores, trata-se de compreender a história das relações entre os sexos, e não apenas das mulheres em si.

Orlando (2021) chama a atenção não apenas para a lacuna historiográfica em relação às mulheres intelectuais, mas, sobretudo, àquelas ligadas a pautas conservadoras, como as católicas, cujas produções foram esquecidas. Segundo sua observação, “a participação das mulheres na disseminação do pensamento conservador no Brasil, tendo em vista seus modos de engajamento nesses projetos, inclusive pela via intelectual, têm nos escapado” (Orlando, 2021, p. 54). Interroga-se sobre os critérios que têm balizado a escolha das personagens em nossos estudos biográficos. O conceito de gênero ajuda a compreender os limites e possibilidades da fala pública feminina, sempre modulada por classe e etnia, e evidencia que a legitimidade das mulheres se dava em espaços socialmente aceitos (moral, religião, educação). Diferente do que ocorre com os homens, há uma seletividade na escolha das trajetórias femininas estudadas, privilegiando mulheres de caráter mais progressistas, pois “o que parece orientar essas escolhas a partir do envolvimento do sujeito com uma agenda mais conservadora ou progressista, no entanto, não se aplica aos homens” (Orlando, 2021, p. 54). Com isso, concluiu perder-se a compreensão da participação das mulheres na disseminação do pensamento conservador e da diversidade de formas de engajamento intelectual no Brasil.

Além de Evelyn Orlando, outras pesquisadoras, como Clarice Nunes, Marta Maria Chagas de Carvalho, Diana Vidal, Irma Rizzini, Alessandra Schueler, entre outras, destacam-se nas reflexões sobre a profissão docente e sobre a importância da História da Educação como disciplina, instituída no Brasil nos anos finais do século XIX. Nunes e Carvalho (1993) ressaltam que essa disciplina passou a ser ensinada como uma história vinculada à própria criação da Escola Normal, concebida com o objetivo de se tornar uma instituição reprodutora de saberes e valores destinados à formação de uma classe docente em processo de profissionalização. Posteriormente, esse movimento se ampliou para a formação universitária, sobretudo nas Faculdades de Filosofia e de Pedagogia.

Rizzini e Schueler (2018) também ressaltam a urgência do desenvolvimento de uma historiografia das mulheres, voltada para a investigação e a reconstrução de suas trajetórias e de suas formas de inserção nos diversos espaços sociais, nos movimentos de luta por justiça social e, ainda, na participação econômica das mulheres para a subsistência de suas famílias. Cabe lembrar que, no final do século XIX e início do XX, a sociedade permanecia profundamente marcada por desigualdades étnicas, raciais e culturais, o que incidia diretamente sobre as relações sociais e sobre o próprio desenvolvimento histórico das relações de gênero.

A leitura de Natalie Zemon Davis (1990) nos ajuda a compreender que tais silenciamentos não se configuram como lacunas fortuitas. Eles expressam mecanismos históricos de exclusão que se articulam às relações de gênero, à consolidação de determinadas narrativas pedagógicas e aos embates sobre a laicidade. Ao se analisar a invisibilidade de Alba Cañizares do Nascimento em comparação com seus contemporâneos, torna-se evidente que o esquecimento e a marginalização de pessoas não são neutros, mas consequência de disputas políticas e culturais.

Nesse sentido, ao explorar a história da professora Alba Cañizares do Nascimento, a vemos atuando em diversos percursos ligados à área da educação brasileira. Atuou na projeção das novas concepções educacionais, trazendo ao ensino primário do Brasil um ideário alinhado às concepções da Escola Nova. O projeto consistia em realizar um conjunto de reformas educacionais em oposição às concepções de educação tradicionais. Nesse novo modelo, os educandos estariam no centro do seu processo de aprendizagem e o professor seria um facilitador, que deveria ensinar aos estudantes a aprenderem por si mesmos (Vidal, 2007).

Clarice Nunes afirma que a reforma da instrução pública de 1931 a 1935, comporificou um projeto de modernização que se confrontou com o projeto de modernização autoritária do governo federal e da Igreja Católica. Explicita, a seguir, suas demais pretensões:

Foi uma reforma que integrou tanto uma real abertura de maiores chances educativas para a população, através da melhoria efetiva da qualidade da escola primária, da abertura da escola secundária através da estratégia de introduzir cursos de cultura geral aos cursos técnicos profissionais já existentes e da tentativa de obter a equiparação do valor do seu diploma ao diploma do famoso colégio de elite Pedro II, da incorporação da formação de professores em nível universitário, dos serviços de bibliotecas, da oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento de adultos e, simultaneamente, de formação de concepções autoritárias sobre as classes populares no âmbito das pesquisas produzidas pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, pelos testes classificatórios dentro das escolas primárias e de todas as medidas que procuravam ordenar a diferença dentro de uma cultura que opôs a “razão” das elites à “irracionalidade” das massas (Nunes, 2007, p. 153-154).

No bojo das reformas, no Rio de Janeiro, Alba Cañizares do Nascimento defendia que o ensino da disciplina de Filosofia nas escolas primárias seria uma forma de equipar os educandos aos verdadeiros conhecimentos básicos e distintos, capazes de transformar e influenciar a sociedade a partir de uma moralidade ideal. Ela nutria um certo otimismo nas escolas, de que a educação filosófica conseguiria promover, nas classes populares, um estudo sobre ética, refletindo sobre as relações positivas entre a Igreja Católica e o ensino filosófico. Para as Escolas Normais, ela procurava especificar que deveria ser transmitido um determinado tipo de ensinamento aos futuros professores, considerando que essas instituições seriam responsáveis por preparar e proporcionar os conhecimentos necessários e indispensáveis para a formação de seres serenos e úteis à sociedade.

Os elementos básicos da moral leiga deverão ser desenvolvidos, a meu ver, dentre as seguintes noções filosóficas, se tratando da formação da personalidade moral: a consciência moral, a lei moral, o sentimento moral, a ideias do dever, a liberdade, a responsabilidade, a dignidade humana, a distinção entre o bem e o mal, a compreensão da virtude, o mérito e o demérito. A moral leiga tem que ser uma moral independente nem concorrente, nem adversária da moral religiosa, mas de tal modo estabelecida que seus fundamentos filosóficos, suas justificações nacionais possam criar a personalidade moral característica da humanidade, convicções que levem o homem aos destinos superiores do espiritualismo e do idealismo. (Nascimento, 1926, p.85).

Além de defender a efetiva participação dos educandos no processo educativo, Alba Cañizares do Nascimento justificava que a educação brasileira deveria possuir um caráter centralizador e universal, com um distinto plano nacional e oficial que não fosse pautado apenas em visões e iniciativas pessoais de cada professor. Nesse mesmo artigo, ela aborda que o ensino leigo não era sinônimo de uma ausência sobre os assuntos religiosos, principalmente, por entender a sua influência dentro de alguns dos conteúdos escolares.

Esse modelo de educação vinha sendo configurado pelos moldes da Escola Nova que circulou por vários países e, por longos anos, aqui no Brasil, até mesmo com outros nomes, sendo apresentados desde os tempos da administração da Diretoria Geral de Instrução Pública de Antônio Carneiro Leão (1922-1927), bem como nas gestões de Fernando de Azevedo (1928-1930) e de Anísio Teixeira (1931-1935). Nessa última gestão, é curioso destacar que a Superintendente de Educação ganhou os holofotes internacionais por sua atuação e capacidade efetiva de implementação da reforma educacional no Brasil, chegando a presidir a União dos Clubes Pan-Americanos, que era sediada na rua Anna Nery, nº 50 - RJ.

O objetivo dessa organização, pelas palavras da intelectual, era sistematizar nas escolas uma educação com viés pan-americano, concebida como um instrumento de integração entre as nações do continente. Mais do que difundir a ideia de paz social, buscava-se instaurar uma cultura pacifista e solidária, fundamentada na noção de simpatia e cooperação entre os povos americanos. A proposta educativa articulava-se ao Monroísmo⁴, com a pretensão de assegurar a “comunhão dos sentimentos, a unidade espiritual,

⁴ Alba Cañizares do Nascimento (1934) utiliza o termo Monroismo relacionando-o com a Doutrina Monroe, apresentada em 2 de dezembro de 1823 pelo presidente norte-americano James Monroe (1817-1825) em discurso perante o Congresso dos EUA. Em sua origem, tratava-se de uma doutrina de emancipação, independência continental e a possibilidade da existência das nações americanas no Novo Mundo livres da colonização das monarquias europeias. “América para os americanos” foi a sua frase síntese e, com o passar do tempo, ganhou significados controversos. Foi a principal base do pan-americanismo. Um dos papéis do superintendente de educação elementar era o de orientar e coordenar atividades pedagógicas relacionadas aos ideais de uma educação voltada a união pan-americana.

pelas instituições jurídicas, a paz interna e externa, pelos interesses econômicos, a prosperidade material” (Nascimento, 1934, p.8). Contudo, o pan-americanismo no Brasil da década de 1930 pode ser interpretado como um movimento paradoxal: ao mesmo tempo em que proclamava fraternidade e integração continental, estava atravessado por disputas políticas, interesses econômicos e relações assimétricas de poder, o que revela as contradições inerentes a esse projeto.

2 Acervos e arquivos

Ao conhecer a trajetória de Alba Cañizares do Nascimento, somos instigados a questionar os papéis sociais historicamente impostos aos sujeitos, em especial aos corpos femininos. Essa reflexão se torna ainda mais pertinente quando voltamos o olhar para o campo educacional, majoritariamente ocupado por mulheres em sua prática cotidiana, mas onde elas ainda não figuram como protagonistas na condução política e social desse espaço. Torna-se, portanto, fundamental o movimento de recontar a história, desconstruindo uma narrativa que, por longos anos, foi construída e perpetuada sob uma perspectiva masculina. Afinal, como enfatizam Sepulveda & Sepulveda (2021), a História foi escrita, em sua maioria, por homens.

É importante mencionar a dificuldade de acessar a vida privada e profissional da personagem Alba Cañizares do Nascimento. No entanto, das fontes, vão surgindo possibilidades de compor novas narrativas sobre ela. A revista *A Escola Primária* aparece como um meio que projeta a intelectual aos holofotes públicos. E desde os anos de 1923, a professora publicava periodicamente artigos expondo os seus estudos e percepções acerca do ensino primário e profissional no período republicano. Sua escrita estava voltada para o ensino da disciplina filosofia, como uma forma de ensinar e transmitir temas ligados à religião, à ética e à moralidade entre os estudantes e docentes. Depois que ela é integrada ao corpo docente da Escola Wenceslau Braz, passa a ganhar maior notoriedade e relevância no cenário público.

Margareth Rago (2008), em *Os prazeres da noite*, discute com precisão as expectativas sociais impostas às mulheres, sobretudo às oriundas das classes mais privilegiadas, como é o caso da professora em questão. Alba Cañizares do Nascimento provinha de uma família de elevado status social: seu pai atuava como político no Rio de Janeiro e seu avô era um renomado pintor espanhol. Nesse contexto, a educação era concebida como um campo de prestígio, representando não apenas um investimento intelectual, mas também um capital sociocultural capaz de reforçar distinções sociais. Assim, a projeção pública da professora aparecia como algo naturalizado, ao mesmo tempo em que se esperava que sua vida social transbordasse as fronteiras do espaço doméstico.

Há algum tempo, temos nos debruçado na análise dos materiais deixados ou publicados pela intelectual e sobre essa espécie de “arquivo integral”, reconhecemos que é fundamental destacar a importância não só da análise, mas também da organização e da investigação das fontes para as pesquisas. De acordo com Michel Foucault (2023), o arquivo integral envolve uma rede complexa de diferentes níveis de discursos, que podem ser interpretados desde os atos de fala, passando pelos suportes escritos dos discursos e até mesmo pelos materiais que foram guardados intencionalmente, ou não. Esses aparatos nos levam a um caminho de entendimento que dependem de uma série de elementos que se conectam conforme as situações a serem abordadas e analisadas.

Os documentos pessoais da Alba Cañizares do Nascimento, que foram encontrados e disponibilizados inicialmente pelo seu sobrinho-neto no âmbito de uma das pesquisas dos autores, e posteriormente acessados em novas investigações, constituem importante suporte para a reconstrução de sua atuação e participação na educação carioca dos anos 1920. Esses arquivos, compreendidos como fontes de narrativas, permitem uma análise dos discursos, evidenciando uma rede de relações complexas que se conectam aos atos e falas do passado. Ao mobilizar seus conhecimentos e registros, tais

materiais desvelam um passado até então oculto, o qual buscamos atualizar por meio da historiografia, recontando a trajetória de vida dessa intelectual.

Os enunciados que são escolhidos para serem analisados e divulgados são escolhas pessoais que buscam não apenas transmitir informações, mas também se espera que o conhecimento seja compartilhado e legitimado, para possivelmente serem reativado por esse passado, como forma de criar mais uma narrativa para a história. E a partir da transmissão desses discursos, podemos construir uma série de diálogos que foram invisibilizados, ainda que preservados ou escondidos por muito tempo. Sobre este passado oculto, é possível enxergar nele a produção de novos indícios historiográficos.

Foucault (2023) ajuda a entender os entrelaçamentos dos arquivos com os discursos, sendo eles objetos que podem corresponder ou não. Nesse sistema complexo de análise, é possível identificar fatos e realizar leituras pontuais sobre determinados objetos, demonstrando que não há uma interpretação única do que se quer expor. Isso alerta para como as práticas discursivas podem variar conforme o contexto em que são enunciados. Ao estudar os discursos da Alba Cañizares do Nascimento, observa-se como ela se constitui como uma intelectual de seu tempo, que vinha lutando por transformações sociais que acreditava.

Diante desse contexto, é possível levantar uma série de conjecturas acerca da inserção de Alba Cañizares do Nascimento em um cenário internacional, com indícios de que tenha sido convidada a participar de um intercâmbio de ideias sobre a esfera educacional envolvendo países do continente americano. Na viagem que será descrita a seguir, a nossa personagem atuou como Superintendente de Educação, representando Anísio Teixeira, então Diretor-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. A iniciativa foi promovida pelo Club Municipal, com o propósito de apresentar o cenário educacional brasileiro como parte das contribuições ao movimento de ativismo pan-americano.

3 O Pan-americanismo

No acervo pessoal da Alba Cañizares do Nascimento, foi encontrada uma série de livros e escritos pessoais que contempla o assunto sobre o pan-americanismo na educação. De acordo com Nascimento (1934), tal iniciativa foi fundada em 18 de agosto de 1934, com a finalidade de promover meios práticos de educação como o instrumento de paz, além de enfatizar sobre o caráter ideológico dos jogos pan-americanos, visto a necessidade de união e confraternização com os outros países americanos. De certa forma, tal iniciativa possuía um discurso romantizado, com a proposta de garantir e promover uma série de articulações entre os interesses políticos, econômicos, sociais e morais. Ela também ressalta que, a partir das conferências pan-americanas, foram sendo compartilhados princípios que passaram a expandir a Doutrina Monroe, enriquecendo-a com ideais altruístas de interesse global.

A superintendente de educação ressaltava que a Doutrina Monroe versava sobre um ideal de emancipação para a defesa de todo o continente americano, a qual se conciliava com as aspirações modernas inspiradas na Liga das Nações. Nascimento (1934) elucida que a sistematização pan-americana estava alinhada com a expectativa de uma prosperidade crescente da América, apontando para o cenário internacional, em destaque com as diretrizes para a promoção de união e solidariedade.

A Doutrina Monroe teve como estratégia central a defesa da segurança, da estabilidade e do princípio de solidariedade entre os países do continente americano. Nesse contexto, os Estados Unidos passaram a ser reconhecidos como a potência capaz de intervir e controlar conflitos na região, enquanto os países da América do Sul, do Norte e Central eram concebidos como aliados e “nações amigas”. Teixeira (2014) observa que a doutrina despertava especial interesse em países sul-americanos como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México, os quais, já em seu estágio inicial, demonstravam apreço pela proposta, sendo o Brasil o primeiro a manifestar satisfação com essa política. Nas primeiras décadas do século XX, Argentina, Brasil e Chile formularam uma política voltada à estabilidade e ao fortalecimento regional, abrindo

novas possibilidades de aplicação da Doutrina Monroe. No entanto, durante o governo de Theodore Roosevelt, sua política externa ficou conhecida pela expressão *big stick*, marcada por duras intervenções nos países da América Central e do Caribe (Ayerbe, 2002).

Como exemplo desse movimento educacional, compartilhamos aqui o edital publicado no Jornal do Brasil de 27 de maio de 1934⁵, dirigido aos superintendentes de educação elementar, recomendava que, nas escolas primárias, fossem ministradas aulas sobre o "Tratado da Paz" resultante da conferência liderada por Afrânio de Mello Franco, então Ministro das Relações Exteriores. O objetivo era que, nas classes de 4º e 5º anos, fossem lidas e discutidas as solenidades realizadas no Automóvel Club, as quais contaram com a presença de intelectuais e políticos renomados, incluindo Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório.

Essa explanação sugeria que fosse incluído uma apresentação detalhada do mapa da América do Sul, com destaque para os países da Colômbia e do Peru. Além disso, seria necessário abordar os recursos naturais e a topografia desses países, estabelecendo um paralelo com o processo de independência de cada um deles. As professoras também deveriam explicar a relação conflituosa entre a Colômbia e o Peru e o impacto positivo e as vantagens que o tratado de paz traria para ambas as nações.

A abordagem visava não apenas informar aos alunos sobre um evento diplomático significativo, mas também fomentar um entendimento mais profundo sobre a geografia, a história e as relações internacionais da América do Sul, promovendo uma visão mais abrangente e contextualizada dos acontecimentos atuais para os estudantes da época. A recomendação reflete o empenho do Departamento de Educação em conectar o currículo escolar com os eventos internacionais contemporâneos, evidenciando a importância da

⁵ Jornal do Brasil – 27 de maio de 1934 – Disponível no site da Hemeroteca Digital: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=%22Paz%20pela%20escola%22&pagfis=43631

diplomacia e da paz nas relações entre os países sul-americanos. Ao enfatizar a análise geopolítica e histórica, o objetivo era incentivar uma compreensão crítica e informada aos alunos sobre o contexto regional e global, preparando-os para serem cidadãos mais conscientes e engajados.

Alba Cañizares do Nascimento vinha demonstrando grande engajamento e entusiasmo em relação ao tema do pan-americanismo. Em 1934, enquanto participava do conselho diretor da instituição “Paz pela Escola”, desenvolveu um livro intitulado: *Clubs escolares pan-americanos: bases gerais de funcionamento. Prática de confraternização americana*, publicado pela oficina gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura. No material, consta uma série de instruções para o funcionamento desses clubes escolares, destacando a importância do intercâmbio cultural e intelectual entre os países americanos como um meio de promover a paz e a solidariedade continental.

No manual, eram apresentados dez objetivos especiais. Entre eles, para além do próprio desenvolvimento do pan-americanismo, destacavam-se a promoção do espírito de solidariedade americana, a criação e o fortalecimento de grêmios escolares, o incentivo ao intercâmbio espiritual por meio da comemoração de datas relevantes em comunhão continental, o fomento a uma educação cívica, a realização de estudos aprofundados sobre as atitudes das nações americanas voltadas à valorização do Direito Internacional, bem como o estímulo ao despertar do espírito de cooperação nas relações comerciais e culturais.

Os “Clubs Pan-Americanos” do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, eram considerados confederados e formavam a chamada “União dos Clubs Pan-Americanos”. Tal organização era dirigida pela seção “Paz pela Escola”, vinculada ao Instituto de Pesquisas do Departamento de Educação, e tinha como finalidade coordenar e promover a cultura do pan-americanismo entre os professores. Estes, por sua vez, desenvolviam projetos, pesquisas e estudos

em diversas áreas do conhecimento, nos segmentos da educação elementar, profissional, normal, artística e cívica.

Conforme descreve Nascimento (1934), o objetivo do monroísmo e do pan-americanismo era fortalecer e integrar as três Américas, com base em princípios consagrados, tais como a não-intervenção, a não-agressão e a não-colonização, assegurando, assim, a independência de todo o continente.

No documento elaborado pela superintendente de educação, afirma-se não destacar os aspectos negativos do Monroísmo nem “dos abusos infelizmente praticado em seu nome” (Nascimento, 1934, p. 9). Seu objetivo é o de evidenciar os princípios ideológicos da doutrina, especialmente no que se refere à integridade territorial e à sistemática educação pan-americana. Esta última buscava estimular práticas diplomáticas e o compartilhamento cultural entre os países do continente, promovendo a consciência e o espírito de solidariedade entre os povos, bem como despertando a amizade entre as nações e a paz continental.

Em 25 de maio de 1935⁶, Anísio Teixeira designa a seção “Paz pela Escola” como uma organização de caráter permanente ao Instituto de Pesquisas Educacionais e nomeia a superintendente de educação elementar Alba Cañizares do Nascimento a chefiar o serviço com a proposição de fomentar nas escolas o espírito de conciliação e a paz social aos propósitos do pan-americanismo, promovendo o conhecimento e a consciência de solidariedade entre os povos e nas gerações futuras.

O professorado carioca tem tido uma atuação exemplar na obra da educação pacifista, destacando-se entre nós educadores ilustres, as dezenas, que vem trazendo o seu precioso concurso a obra da cooperação e da paz.

Para dirigir a nova seção do Instituto de Pesquisas foi designada umas das nossas mais abnegas e ilustre educadoras, a Superintendente de Educação Prof. Alba Cañizares Nascimento, que vem tendo uma atuação fecunda e

⁶ Jornal do Brasil – 31 de maio de 1935 – Disponível no site da Hemeroteca Digital: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=%22Paz%20pela%20escola%22&pagfis=54128

segura no ramo delicado da pedagogia pacifista, havendo colaborado ativamente na fundação da Cruz Vermelha Juvenil, uma das mais antigas e mais admiráveis organizações de crianças trabalhando para a paz, na organização do Escotismo Escolar, na administração Fernando de Azevedo e na adaptação do pan-americanismo as escolas, através dos novos Clubes Pan-Americanos. (A Escola Primária, 1935, p.86).

Alba Cañizares do Nascimento (1934) promovia e participava de eventos em prol da organização “Paz pela Escola”, com o intuito de expandir o sentimento de solidariedade continental. Defendia uma educação voltada para a prosperidade da América, fundamentada em estudos e princípios sociológicos, e que visavam ao crescimento independente e soberano do continente, em consonância com as aspirações modernas de paz universal. Nesse sentido, sustentava a necessidade de uma cultura sistemática e permanente nas escolas, capaz de expor o caráter brutal das guerras, bem como de esclarecer o funcionamento dos acordos, tratados e convenções destinados a prevenir ou evitar grandes conflitos.

Dessa forma, havia um certo cuidado e controle na escolha do que seria transmitido como conteúdo escolar, pois buscava-se cultivar nos estudantes o interesse pela literatura e história dos países americanos, com o objetivo de promover um intercâmbio cultural e intelectual. Miriam Chaves (2007) aborda que o americanismo adotado pelo Brasil no período pós-Proclamação da República visava aproximar e integrar o Brasil aos países americanos, buscando diminuir o sentimento de ódio e rivalidade que fora nutrido durante o período Imperial.

4 Viagens como forma de consolidar e expandir práticas pedagógicas

Mignot e Gondra (2007) nos mostram que, nos anos iniciais do século XX, havia a intenção de promover a disseminação de informações e experiências atualizadas do campo educacional. Como forma de divulgar as atualizações pedagógicas, educadores brasileiros se reuniram e criaram diferentes maneiras de fazer circular essas informações, através da edição de livros, revistas, jornais, ou até mesmo da elaboração de cursos, como forma de

criticar, denunciar, reclamar e mostrar outros caminhos para o novo fazer pedagógico. Muitas das informações e experiências repassadas eram conquistadas por meio das viagens empreendidas por educadores que buscavam comparar e trazer os métodos de educação vistos no exterior. As viagens ao exterior passaram a ser recorrentes e tinham o objetivo de trazer a modernidade para a educação brasileira, inspirados no modelo escolanovista.

Como instituição promotora das circulações pedagógicas, a Associação Brasileira de Educação – ABE, criada em 1924, teve a iniciativa de promover a visibilidade educacional no Brasil como forma de trazer para o centro do debate experiências de diferentes nacionalidades. Ao promover viagens ao exterior de intelectuais e de educadores, também preocupava-se em compartilhar estas experiências por meio de conferências, palestras, eventos e cursos, propiciando assim uma possível mudança no campo educacional com a intenção de modernizá-lo, afastando-o definitivamente das amarras de um passado colonial.

Mignot (2017) torna memorável a viagem da educadora católica e membro da ABE Laura Jacobina Lacombe a Genebra, iniciada em 1925, para estudar no Institut Jean-Jacques Rousseau, que à época era o principal centro de produção e difusão da Escola Nova. Seus estudos na Suíça foram motivados por razões familiares, no sentido de preparar-se para a sucessão da mãe, Isabel, diretora do já famoso Colégio Jacobina, sediado em Botafogo, no Rio de Janeiro. Laura Lacombe, assim como fez Alba Cañizares do Nascimento, rompeu com a ABE e participou da fundação da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, em 1931, após protagonizar forte polêmica com os defensores da escola laica, a coeducação e o ensino público gratuito. O fato de ter sido aluna de Claparède, Pierre Bovet e Jean Piaget, deu-lhe reconhecida autoridade e notoriedade pública.

As viagens de Anísio Teixeira à Europa e aos Estados Unidos, entre 1925 e 1929, antes de ocupar o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, em 1931, foram, e de certa forma ainda são, aquelas de que

se mais comentam nas falas e nos livros. Também tiveram o objetivo de aperfeiçoamento nos preceitos da Escola Nova. Suas duas viagens aos Estados Unidos certamente foram as que mais repercussão tiveram. A primeira ocorreu em 1927, quando passou sete meses estudando os métodos de ensino americano e visitando mais de dez instituições educacionais. Anísio Teixeira esteve em contato com os ideais de John Dewey e voltou profundamente engajado em trazer essas experiências para o Brasil (Nunes, 2007).

Sua segunda viagem aos EUA aconteceu em 1928, onde permaneceu mais dez meses visitando instituições em que a educação era baseada nos preceitos de John Dewey e com concepções filosóficas ligadas à metafísica. “A sua expectativa, nessa viagem, era encontrar nos Estados Unidos algumas respostas no plano das políticas públicas de educação” (Nunes, 2007, p.144), buscando soluções para o sistema educacional brasileiro, bem como entender a relação com as métricas e testes relacionados à capacidade dos rendimentos escolares.

As viagens de Anísio Teixeira, de certo modo, influenciaram as políticas educacionais implementadas por ele no Brasil, e consequentemente, incentivaram a propagação de viagens similares para estreitar os laços e confraternizar com outros países. No último ano da gestão de Anísio Teixeira à frente da Diretoria da Instrução Pública, em janeiro de 1935, foi promovida viagem comissionada ao Uruguai e à Argentina, em que Alba Cañizares do Nascimento esteve à frente da comitiva que representava o Departamento de Educação, composta por professoras e diretoras escolares do magistério municipal do Rio de Janeiro. A viagem aos dois países era mais uma iniciativa do grande projeto de ampliar e difundir o ideal pan-americanista, de modo que ganhou grande repercussão na imprensa, sobretudo a passagem do grupo pela Argentina (Mignot e Varella, 2023).

Alba Cañizares do Nascimento foi convidada a falar sobre o Club Municipal, na Rádio Prieto de Buenos Aires. Em sua apresentação, demonstrou grande entusiasmo, apreço e admiração pelo país, evidenciando conhecimento e respeito pela história de amizade entre a Argentina e o Brasil.

Declarou também que a sua visita não teve um cunho oficial, mas apenas protocolar, visando demonstrar a espontaneidade do afeto brasileiro pelo povo argentino e a vontade de inspirar o espírito de solidariedade continental (Escola Primária, 1935, p. 244).

Ainda sobre esta viagem à Argentina, chegou ao Brasil um depoimento, considerado valioso, por parte do professor argentino Rodolfo Rivarola, publicado no Jornal do Comércio e transcrito na revista *A Escola Primária*. Em seu depoimento acerca da visita da superintendente, destacou-se o grande entusiasmo da educadora em estreitar as relações entre Brasil e Argentina, além de descrever a sua passagem pelo país. Rivarola finaliza seu depoimento com as seguintes palavras:

E o que se deve dizer desta oradora espontânea e altamente culta. É agora superintendente de educação primaria no Distrito Federal. Seu campo de atuação é a escola; sua força positiva é a palavra. Sua eloquência é de bondade, de afeto, de amor, de paz, de trabalho, de ordem e de felicidade para todos os povos da América. Sua palavra vibrou no Brasil, na Argentina e no Uruguai: a Sul Américo do Atlântico. É já digna de ser titulada Superintendente da cordialidade internacional da América. (Rivarola, 1935, p.191)

A viagem de Alba Cañizares aos países do Rio do Prata, representando o Departamento de Educação do Rio de Janeiro, é um indício importante do reconhecimento que gozava na estrutura da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal. Após a viagem, Anísio Teixeira a designou, ainda naquele ano, para dirigir a Seção “Paz pela Escola”, criada com o propósito de difundir a cultura pan-americanista nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Essa iniciativa se concretizava principalmente por meio dos Clubes Pan-Americanos, associações estudantis organizadas nas escolas. As novas responsabilidades deram a Alba Cañizares do Nascimento uma maior exposição na imprensa e a tornaram referência do pan-americanismo, mesmo depois que deixou o cargo que exercia.

Considerações finais

A trajetória de Alba Cañizares do Nascimento não pode ser reduzida à condição de nota de rodapé na história da educação carioca. Sua presença ativa em debates, projetos e instituições do início do século XX demonstra a relevância de seu pensamento e de sua atuação como intelectual engajada. A redescoberta de seu acervo pessoal permitiu reconstruir parte de uma experiência até então deixada no esquecimento, mostrando que a exclusão de mulheres, como ela, resulta de estruturas historiográficas dominadas por referências masculinas.

A análise de seus escritos e de sua participação em iniciativas educacionais revela como Alba Cañizares do Nascimento buscou articular a modernização pedagógica com os ideais filosóficos e religiosos considerados conservadores, além de promover a solidariedade continental e a formação da escola pública republicana.

Retomar sua memória é, portanto, mais do que um exercício de recuperação biográfica: trata-se de um gesto político e epistemológico de contestação aos limites do cânone historiográfico, que por décadas relegaram ao silêncio contribuições femininas fundamentais. Ao evidenciar a história de Alba Cañizares do Nascimento, afirmamos a importância de ampliar os marcos da história da educação, incorporando vozes que, embora marginalizadas, desempenharam um papel decisivo na construção de projetos educativos e culturais.

Espera-se que haja interesse de outros pesquisadores em reler criticamente a história da educação a partir de uma perspectiva de gênero, atenta às dinâmicas de marginalização e silenciamento, às possibilidades de reinscrição das mulheres no campo historiográfico. A trajetória de Alba Cañizares do Nascimento, reconhecida por meio de seu acervo pessoal, constitui um convite à ampliação do olhar sobre a pluralidade de sujeitos que fizeram a educação brasileira.

Referências

AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BORBA, R. Entre a técnica e a tática: movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967 – 1978). [Dissertação de Mestrado em Educação]. Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

CHAVES, M. W. A Escola Argentina no antigo Distrito Federal durante os anos de 1930: um torrão argentino em solo brasileiro. Revista Brasileira de Educação [online]. 2007, v. 12, n. 35. p. 253-267. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000200006> > Acesso em: 11 de fevereiro de 2023.

DAVIS, N. Z. Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. Nas margens: Três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. Le discours philosophique. Paris: Gallimard, 2023.

MIGNOT, A.C.V; GONDRA, J. G. Viagens de educadores e circulação de modelos pedagógicos. In: MIGNOT, A.C.V; GONDRA, J. G (Orgs). Viagens pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2007. p.7-14.

_____. Eternizando travessia: memórias de formação em álbum de viagem. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 02, n. 05, p. 330-342, maio/ago. 2017.

_____; VARELA, Jacqueline de Albuquerque. Em prol de uma política educativa continental: a educadora Alba Cañizares do Nascimento em viagem ao Uruguai e Argentina EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v.10, p. 1-26, Jan./Dez., 2023.

NASCIMENTO, A. C. Política Educacional Pan-Americana: Prática Escolar Pan-Americana - Os Clubes Pan-Americanos, Rio de Janeiro: Biblioteca do Centro de Professores, 1934. 17 p. (Acervo Pessoal).

_____. Clubs Escolares Pan-Americanos: Bases Gerais de Funcionamento – Prática de Confraternização Americana, Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1935. 17 p. (Acervo Pessoal).

_____. Organização da moral escolar. A Escola Primária, Rio de Janeiro, Ano 10 – Ns. 4 e 5, junho e julho/1926, p. 84-88.

_____. A Escola Normal no Aparelho Educativo Brasileiro: Medida que se impõe. Tese apresentada à 4ª conferência nacional de educação, Distrito Federal, 1931. 13 p. (Acervo Pessoal).

NUNES, C. Anísio Teixeira na América (1927-1929). In: MIGNOT, A.C.V; GONDRA, J. G (Orgs). Viagens pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, C; CARVALHO, M.M. C. Historiografia da educação e fontes. Cadernos Anped. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1993.

PAULILO, A. L. Inventivas administrativas nas reformas da instrução pública (Distrito Federal 1922-35). Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 191–207, 2019. DOI: 10.14393/che-v18n1-2019-11. Disponível em: < <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47658> > Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

RAGO, M. Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 - 1930). 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. O ensino de história, a História das Mulheres, os gêneros e as sexualidades. Educação em Foco. V.26, n. Especial, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/34940/23562> > Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

TEIXEIRA, C. G. P. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, julho- dezembro, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00115.pdf>. > Acesso em: 12 de março de 2023.

ORLANDO, E. Mulheres Intelectuais: Onde Elas Estão Em Nossa História? In: ORLANDO, E.; MESQUITA, P. (Org's). Intelectuais e Educação: Contribuições teóricas à História da Educação. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/49066863/Mulheres_Intelectuais_onde_elas_est%C3%A3o_em_nossa_Hist%C3%B3ria?email_work_card=view-paper > Acesso em: 13 de abril de 2023.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. Por uma nova história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

VIDAL, D.G. O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita (Rio de Janeiro, 1927-1930). Ed. Foco, Juiz de Fora, n. Especial, p.11-24, mar/ago. 2007.

VIDAL, D.G; PAULILO, A.L. Projetos e estratégias de implementação da Escola Nova na capital do Brasil (1922-1935) In: MAGALDI, A.M; ALVES, C; GONDRA, J.G. (Org's). Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 375-399.

Jornais e revistas encontrados no Acervo da Hemeroteca Digital:

Jornal do Brasil – 27 de maio de 1934

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=%22Paz%20pela%20escola%22&pagfis=43631

Jornal do Brasil – 31 de maio de 1935

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=%22Paz%20pela%20escola%22&pagfis=54128

Revista A Escola Primária – março de 1935 - Alba C. Nascimento – Confraternização Argentino-Brasileira

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=097497&pasta=ano%20193&pesq=Alba%20Canizares%20do%20Nascimento&pagfis=5134>

Revista A Escola Primária, janeiro de 1935 – Rodolfo Rivarola

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=097497&pasta=ano%20193&pesq=Alba%20Canizares%20do%20Nascimento&pagfis=5079>

Recebido em dezembro 2025
Aprovado em janeiro de 2026.